



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico nº 077/2022

Interessado: Pregoeiro e equipe de apoio

1 – OBJETO

Trata-se de parecer jurídico referente à impugnação ao edital apresentado pela empresa Altermed Material Médico-Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.802.002/0001-02, em relação ao pregão eletrônico nº 077/2022, cujo objeto é *“Registro de Preços para aquisição de medicamentos e materiais de uso veterinário, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.”*

Neste sentido, a impugnante aduz que o edital padece de vício que compromete sua legalidade, consubstanciado no fato de que o intervalo mínimo aceito entre os lances a serem apresentados pelos licitantes seria de 1 centavo, valor este que a impugnante considera muito elevado considerando que o objeto do processo licitatório trata-se de insumos médicos. Conforme aquela, em licitações com este objeto, a praxe seria a possibilidade de realização de lances até a terceira ou quarta casas decimais, trazendo economicidade ao ente público licitante.

Ademais, continua a impugnante afirmando que tal determinação editalícia constitui restrição indevida ao caráter competitivo do certame, impactando na obtenção da oferta mais vantajosa. Ainda, para embasar suas alegações, junta excertos jurisprudenciais e legais e, ao final, requer o recebimento da impugnação apresentada e seu provimento, para que seja possível a apresentação de lances até a terceira ou quarta casas decimais (em frações de centavo).

Assim, feito este breve resumo da impugnação apresentada, passa-se a análise de seu mérito.

2 – DO MÉRITO

Conforme a impugnante, o intervalo mínimo de 1 centavo previsto para a oferta de lances pelos licitantes no pregão eletrônico nº 077/2022 constituiria cláusula restritiva ao



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

caráter competitivo do certame, obstando a obtenção da melhor oferta ao ente público licitante, considerando que seu objeto trata de insumos médicos, produtos com valores mínimos e cuja praxe impõe o envio de lances em frações de centavos.

Sobre o ponto objeto da impugnação, refere o edital que regula o pregão eletrônico nº 077/2022:

5. DO PROCEDIMENTO

5.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

Além do mais, dispõe a lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Conforme a impugnante, o intervalo mínimo para apresentação de lances (conforme disposto no edital) deveria ser menor, permitindo o envio de lances com diferenças na terceira ou até quarta casas decimais. Neste sentido, depreende-se que na coleta de preços efetuada por este ente público licitante, para fins de verificação dos preços de mercado dos itens objeto da licitação, todas as propostas apresentadas continham preços até duas casas decimais, ou seja, os valores apresentados pelos proponentes não divergiam em montante inferior do que o intervalo mínimo previsto para apresentação de lances, havendo vários muito maiores do que meras frações de centavos.

Ademais, conforme se verifica do entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, trazido pela própria impugnante em sua manifestação, “*a limitação de propostas e lances de valores unitários dos itens em apenas duas casas decimais dificulta ou inviabiliza a fase competitiva do pregão eletrônico, principalmente nos itens com valor unitário ínfimo.*” Considerando não haver uma definição legal ou doutrinária sobre o que constitui preço ínfimo, importante trazer o referido no voto condutor do julgamento da Representação nº 18/01133481, julgada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e trazido pela impugnante:

Quanto à legitimidade da cláusula editalícia, é cristalino que nos casos de valores ínfimos o próximo lance representaria um desconto muito expressivo, inviabilizando a proposta, como bem demonstra o quadro abaixo:*

** Em especial propostas compreendidas no intervalo de R\$ 0,01 a R\$ 0,10. (TCE/SC, Repr nº 18/01133481, relator Conselheiro Gerson dos Santos Sicca, Tribunal pleno, julgado em 30/10/2019).*

No ponto, entende-se que os itens objetos desta licitação não apresentam valores unitários ínfimos (o item de menor valor objeto da licitação possui valor médio orçado de R\$ 0,32 centavos, ou seja, 32 vezes o montante mínimo de diferença entre os lances), conforme se verifica da coleta de preços realizada pelo ente público licitante, de maneira que o intervalo mínimo entre os lances, na forma como posta no edital, não constitui qualquer óbice à ampla competitividade ou a obtenção da oferta mais vantajosa.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL


Portanto, considerando a pesquisa de preços realizada por este ente municipal, bem como em vista do caráter genérico das alegações da impugnante, que não traz material probatório para corroborar suas alegações, tem-se que o disposto no item nº 5.5 do edital licitatório não constitui qualquer óbice a obtenção da melhor oferta ao público licitante, não havendo que se falar em qualquer ilegalidade neste passível de correção.

Portanto, em vista do exposto, opina-se pelo indeferimento da impugnação ao edital apresentada pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, mantendo-se integralmente o edital que regula o pregão eletrônico nº 077/2022.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se pela improcedência da impugnação ao edital pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, mantendo-se integralmente o edital que regula o pregão eletrônico nº 077/2022, nos termos da fundamentação apresenta acima.

Campo Bom/RS, 04 de agosto de 2022.



Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015